

**DESENVOLVIMENTO URBANO, POBREZA E MEIO AMBIENTE: ESTUDO
DE UMA EXPERIÊNCIA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS EM LAGES, SC**

Prof. Dr. Ivo M. Theis

Departamento de Economia e Programa de Pós-Graduação em Engenharia
Ambiental, Universidade Regional de Blumenau [email: theis@furb.br]

&

Andréia B. Albuquerque

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental,
Universidade Regional de Blumenau [email: kauezinho@zipmail.com.br]

Resumo

Partindo de uma abordagem que poderia ser designada de *ecologia radical* ou *ecologia política*, o objetivo deste trabalho é acompanhar, descrever e analisar criticamente as atividades desenvolvidas pela COOPERICICLAGEM e por seus cooperados. Dele deriva o intento de examinar as relações entre a cooperativa e a população urbana de Lages no processo de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, visando à conservação do meio ambiente. O artigo está dividido em cinco seções principais: (i) introdução; (ii) o marco teórico-conceitual, que consiste numa breve revisão acerca da relação entre desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente; (iii) contexto histórico-geográfico, com ênfase no desenvolvimento recente de Lages; (iv) a COOPERICICLAGEM e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Lages; e (v) considerações finais.

Palavras-chave: desenvolvimento local; reciclagem de resíduos sólidos urbanos; Lages.

1 Introdução

São ainda bastante limitados os estudos que privilegiam “conexões entre as diferentes perspectivas de análise da questão ambiental em geral e os enfoques atuais sobre a questão ambiental urbana, em especial para países subdesenvolvidos” (Cidade, 1996, p. 290). O presente trabalho pretende ser mais uma contribuição para aproximar perspectivas de análise que tratem da problemática ambiental no meio urbano ou, se se quiser, a questão urbana em face de suas implicações ambientais.

Como parte de um projeto que se desdobra, entre outros produtos, numa dissertação de mestrado, este artigo surgiu da necessidade de compreender como era procedido o tratamento de resíduos sólidos em Lages, Santa Catarina, e qual era a atuação da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos – COOPERICICLAGEM no contexto.

Um dos propósitos do trabalho é descrever o processo de implantação da cooperativa, perceber e entender as inter-relações internas a ela – quem são as pessoas que a integram, de onde vêm, como chegaram aonde estão, o que buscam para si – e entre ela e a sociedade local e o meio natural.

Outro propósito é acompanhar, descrever e analisar criticamente o trabalho realizado pela COOPERICICLAGEM e por seus cooperados. Daí deriva o objetivo de examinar as relações entre a cooperativa e a população urbana de Lages no processo de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, visando à conservação do meio ambiente.

Em termos mais concretos, um último mas nem por isso menos importante propósito deste trabalho consiste na discussão de medidas que contribuam para (a) a melhoria da qualidade e a ampliação da quantidade de rejeitos sólidos urbanos que chega à COOPERICICLAGEM; (b) a diminuição da quantidade de rejeitos depositados no lixão; e (c) a promoção da conscientização da população quanto à problemática dos rejeitos urbanos produzidos no município.

O presente artigo está dividido em cinco seções: depois desta (i) introdução, seguem, ainda, (ii) o marco teórico-conceitual que consiste numa breve revisão acerca da relação entre desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente, (iii) o contexto histórico-geográfico com ênfase no desenvolvimento mais recente de Lages, (iv) a COOPEREICLAGEM e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Lages, e (v) as considerações finais.

2 Marco teórico-conceitual: desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente

Nesta seção se apresenta o marco teórico-conceitual do artigo, visando, sobretudo, esclarecer a relação entre desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente. Para lograr êxito neste intento, partir-se-á de uma concepção crítica da interação sociedade – meio ambiente; em seguida, proceder-se-á à definição de alguns termos-chave como desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade [social e ambiental], espaço urbano e desenvolvimento urbano; a seção encerra com uma síntese da abordagem teórico-metodológica adotada neste trabalho.

O ponto de que se parte aqui é que o grau de intervenção na natureza depende do grau de organização da sociedade e, sobretudo, do tipo de regulação a que é submetida a atividade econômica dominante nesta sociedade: quanto mais complexa é a sociedade, mais complexa tende a ser a intervenção da atividade econômica sobre o meio natural (Theis, 1999).

Se, por um instante, se supusesse existir vida na Terra sem a presença do ser humano, poder-se-ia *constatar* que, em qualquer circunstância, um ser vivo apenas *vive* se puder se alimentar da energia empregada na *luta pela sobrevivência*. De volta à realidade, percebe-se que com os seres humanos não é diferente [“Der erste zu konstatierende Tatbestand ist also die körperliche Organisation dieser Individuen und ihr dadurch gegebenes Verhältnis zur übrigen Natur”], exceto por uma particular razão: estes últimos produzem os seus meios de sobrevivência! [“Man kann die Menschen durch das Bewußtsein, durch die Religion, durch was man sonst will, von den Tieren unterscheiden. Sie selbst

fangen an, sich von den Tieren zu unterscheiden, sobald sie anfangen, ihre Lebensmittel zu produzieren, ein Schritt, der durch ihre körperliche Organisation bedingt ist”] (Marx & Engels, 1845/1846, p. 21).

A sociedade capitalista atual é altamente complexa, com uma economia cada vez mais especializada – certamente, devido à espantosa capacidade humana de expandir suas forças produtivas e, assim, ampliar seus meios de sobrevivência. É, pois, do modelo de desenvolvimento em curso que depende o grau de intervenção no meio natural. O que significa, neste contexto, desenvolvimento?

O conceito de *desenvolvimento* se refere a um processo de longo prazo, baseado na alocação eficiente de recursos e no crescimento sustentado do produto agregado, promovido pelo emprego de mecanismos socioeconômicos e institucionais, tendo em vista um incremento rápido e em larga escala dos níveis de vida das massas mais pobres de países e regiões periféricos (Todaro, 1997). Embora se distancie consideravelmente de formulações marcadas por recortes monodisciplinares, por exemplo, derivados da idéia de aumento da riqueza das nações [como em Adam Smith e nos economistas clássicos] ou crescimento econômico [como nos herdeiros de Keynes], é um conceito que assume a eficiência alocativa e o crescimento da produção econômica como pressupostos; mas, vai além ao prever o recurso a mecanismos não-econômicos e, sobretudo, ao mirar com clareza os destinatários de seus benefícios – a população mais pobre de espaços marginalizados.

Todavia, desenvolvimento também é um processo histórico em que, tanto em países capitalistas centrais como em formações periféricas, tem lugar uma dada exploração de recursos naturais. Conflitos entre grupos e classes sociais, baseados na oposição de interesses em relação ao processo de acumulação, condicionam o conflito entre sociedade e meio ambiente no capitalismo contemporâneo (Redclift, 1995).

No final dos anos 1980 surge uma nova proposição para gerir tais conflitos, fundada no bastante difundido conceito de *desenvolvimento sustentável*, ou seja, um desenvolvimento “que atende às necessidades do

presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

Entretanto, *desenvolvimento sustentável* está, necessariamente, referido a capital e trabalho, assim como a recursos naturais, sem os quais nenhum processo de acumulação, vale dizer, de desenvolvimento, sustentável ou não, tem lugar (Redclift, 1995). Não obstante, trata-se de um conceito que, a despeito de tudo o que se fez *com ele* e *em nome dele* desde que surgiu, permanece teoricamente vago e empiricamente impreciso (Blumenschein & Theis, 1995; Drummond & Marsden, 1995; Ekins, 1993). Em face disso, é preciso observar que *desenvolvimento sustentável* abarca

“dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras” (CMMAD, 1988, p. 46).

Ora, o termo *sustentável* relaciona desenvolvimento a necessidades e limitações. Considerando que *desenvolvimento sustentável* constitui um conceito vago e impreciso, necessidades e limitações podem constituir parâmetros do conceito de *sustentabilidade*. Assim, poder-se-ia identificar *desenvolvimento sustentável* com *sustentabilidade social*, derivada do parâmetro *necessidades*, e *sustentabilidade ambiental*, derivada do parâmetro *limitações* (Theis, 1998).

No presente caso, a referência é à sustentabilidade social e ambiental do desenvolvimento do espaço urbano. O que vem a ser este espaço urbano? Como se define desenvolvimento urbano? Como se relacionam, enfim, desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente?

O espaço urbano, capitalista por definição, é um produto social que resulta de ações engendradas por atores sociais concretos que produzem e consomem um espaço concreto. A ação de tais atores deriva da dinâmica de acumulação capitalista, das necessidades de reprodução das relações de

produção e dos conflitos entre classes e grupos sociais que daí emergem (Corrêa, 1999, p. 11).

Um dado espaço urbano apresenta um determinado grau de desenvolvimento, associado à presença de uma dada comunidade de indivíduos – pertencentes a distintos grupos e classes sociais – e de suas atividades socioeconômicas, i.é. produção, distribuição, troca e consumo. Trata-se, pois, de um espaço no qual se realiza um conjunto de atividades da produção social.

No que se refere a *desenvolvimento urbano*, pode dizer que se trata do processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma cidade; em outros termos, por desenvolvimento urbano se entende o processo localizado de mudança social que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade e seus respectivos membros que vivem num determinado espaço urbano.

Em face do exposto, propõe-se uma *síntese teórico-metodológica* que permite explicar o que aqui se designa por *sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento urbano*. Inicialmente, o ambiente físico é transformado, a natureza é progressivamente *desnaturalizada*. Essa transformação do meio físico é promovida pela ação humana. Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, a sociedade se torna mais complexa e sua economia mais especializada; por isso, as relações entre a economia e o meio ambiente se tornam crescentemente complexas. O espaço é o palco dessas relações cada vez mais complexas entre a sociedade humana e o ambiente físico. No contexto do capitalismo, o processo de acumulação, fundado na produção de valores de troca, provoca mudanças radicais no espaço urbano e resulta em graves danos ao meio ambiente. A abordagem proposta analisa os processos de acumulação e suas repercussões sobre o meio físico, as conexões entre a lógica e a dinâmica do desenvolvimento capitalista e os seus impactos socioambientais, aqui com particular ênfase na escala local. Essa abordagem poderia ser designada de *ecologia radical* ou *ecologia política* (Merchant, 1992; Peet & Watts, 1996; Redclift, 1995; Redclift & Benton, 1994).

3 O contexto histórico-geográfico e o desenvolvimento recente de Lages

Lages se espalha por uma área de 5.271 km² [5,5% da área do Estado], integrando a região do planalto serrano de Santa Catarina, em torno do paralelo 28; sua altitude varia de 700 a 1300 metros; o regime de chuvas e temperaturas dominante caracteriza seu clima como sendo subtropical. Neste ambiente vivem 157 mil habitantes, 92% dos quais na área urbana (Leão & Gonçalves, 2002; Nascimento & Saleh, 2002).

Figura 1 – vista parcial do município de Lages



Fonte: <http://www.cidadelages.com.br/lages>.

Antes da chegada dos *paulistas*, Lages era habitada por tribos Xoklengs e Kaingang. Sua origem, enquanto povoamento, está associada à abertura da rota do gado deslocado do Rio Grande do Sul para São Paulo. É no longínquo

ano de 1766 que se reconheceu a presença de um núcleo populacional mais significativo, localizado nessa região do chamado planalto serrano e, então, pertencente à Capitania de São Paulo – elevado em 1771 à condição de vila (Costa, 1982). Dessa época em diante, quando se resumia a um entreposto de trocas, até o final do século XIX, Lages experimentou um crescimento considerável, possivelmente, devido à forte presença de escravos – no mínimo, 10% da população total no ano de 1872 (Marcon, 2001).

Entre as atividades que ganharam força ao longo da história de Lages, teve grande destaque a pecuária no regime extensivo, para o que contribuíram as grandes extensões de campos de pasto nativos. No século XX, particularmente a partir de 1940, o município experimentaria um ciclo virtuoso de prosperidade ancorado na extração da madeira. A atividade extrativista se assentava na exploração das imensas reservas naturais do pinheiro [*Araucaria Angustifolia*], gerando uma economia pujante, fortemente sustentada por beneficiadoras de madeira e serrarias. Apenas no curto período compreendido pela década dos 1940, Lages teve sua população aumentada de 77 mil a 128 mil habitantes. Desse tempo em diante até por volta dos anos 1960, em que teve vigência o primeiro ciclo da madeira [ciclo extrativista], Lages se tornou líder em arrecadação de impostos [35% do Estado] e um dos mais influentes municípios de Santa Catarina (Leão & Gonçalves, 2002; Nascimento & Saleh, 2002).

Figura 2 – fragmentos de *Araucaria Angustifolia*



Fonte: <http://www.cidadelages.com.br/lages>.

Depois de uma fase prolongada de transição, caracterizada pelo declínio da economia extrativista em meados dos anos 1960, a economia da madeira em Lages experimentaria novo impulso nas décadas recentes, só que não mais sustentado na extração do pinheiro. É preciso lembrar que a quase extinção do pinheiro levou a que as empresas e serrarias instaladas na região, com sedes em outros municípios e Estados, debandassem, contribuindo assim para a estagnação da economia local. Desde os anos 1970, todavia, volta a se desenvolver a economia da madeira: com a adoção do conceito de *aproveitamento racional da floresta*, que alia a preservação do pinheiro e estimula o florestamento e reflorestamento com espécies como *Pinus Elliottis* e *Pinus Taeda*, inaugura-se efetivamente um segundo ciclo da madeira [*ciclo do pinus*]. Acrescente-se que apenas um terço de sua produção é voltado para a indústria de beneficiamento da madeira; dois terços são destinados à fabricação de celulose e papel, com destaque para as duas empresas papeleiras que sobressaem no ramo, a Celucat – ligada ao grupo Klabin – e a

Igaras – ligada aos grupos River Wood e Suzano (Leão & Gonçalves, 2002; Nascimento & Saleh, 2002).

Evidências mais recentes indicam haver leve recuperação socioeconômica do município de Lages – embora não se perceba no presente a força que impulsionou o município em meados do século XX. A pecuária já não tem a mesma relevância e as madeireiras e serrarias também já reduziram de número. Entre os ramos da indústria lageana que têm absorvido parte do elevado exército de reserva se destacam a indústria de móveis, a metal-mecânica, e a têxtil. No entanto, celulose e papel é o nome da atividade que hoje parece assegurar o processo de acumulação e gerar postos de trabalho para a população ativa local (Leão & Gonçalves, 2002).

4 A COOPEREICLAGEM e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos em Lages

4.1 Problematizando a questão do lixo urbano

É visível o aumento da produção de lixo. Neste momento, pode-se afirmar que nos encontramos no nível mais que *civilizado* de um kg/pessoa/dia. O conteúdo deste lixo, com uma fração orgânica decrescente, é dificilmente reciclável. A pressão ambientalista em defesa da redução de lixo, assim como de sua reciclagem, resulta da luta combinada pelo meio ambiente e contra a exclusão social, visando poupar a comunidade e as gerações futuras de muitas “externalidades” negativas, cujo valor costuma não entrar nas contabilidades convencionais (Alier, 1998).

No Brasil, o problema dos resíduos sólidos municipais é talvez ainda mais grave. De acordo com recente *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*, realizada pelo IBGE, 76% dos municípios brasileiros dispunham os seus resíduos sólidos em aterros comuns (lixões), 13% em aterros controlados, 10%

em aterros sanitários e em apenas 1% dos municípios havia algum tipo de tratamento – compostagem, reciclagem ou incineração¹.

Lixões são depósitos de lixo sem nenhum tratamento, com a diferença de que são institucionalizados pelas prefeituras. No Brasil, este problema é bastante grave, não apenas por que $\frac{3}{4}$ dos municípios deposita seu lixo em lixões, mas sobretudo por que esses depósitos causam poluição do solo, das águas e do ar, alcançando locais distantes vários quilômetros de onde estão instalados. Além disso, o lixão constitui um problema social muito grave, pois atrai a população mais carente e desempregada, que passa a se alimentar dos restos encontrados no lixo e a sobreviver dos materiais que podem ser vendidos.

Uma série de programas de prefeituras, entidades civis, ONGs e de cooperativas formadas para esse fim reduziu em 30%, desde junho de 1999, o número de crianças que trabalham em lixões no país².

4.2 Surgimento e desenvolvimento da COOPERICICLAGEM

Em Lages, diante da dificuldade da Prefeitura Municipal de organizar eficazmente a reciclagem do lixo urbano, assim como de enfrentar o problema da pobreza urbana, surgiu a COOPERICICLAGEM – Cooperativa de Materiais do Planalto Catarinense. O Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Região Serrana – CDHC acompanha, desde setembro de 1999, as famílias carentes que atuam na separação dos produtos entregues no lixão de Lages, situado no Bairro Chapada, no Km 10 da BR-282. Depois de inúmeras reuniões, muitas conversas e o comprometimento do poder local e voluntários, a cooperativa foi constituída em 24 de fevereiro de 2000, na época contando com 32 catadores.

Segundo seu Estatuto, a COOPERICICLAGEM se compromete, em parceria com a administração pública local, a realizar junto à comunidade, programas de Educação Ambiental através da sensibilização para a prática da

¹ Cf. www.institutogea.org.br.

² Cf. **O Estado de São Paulo** (14/03/2001).

coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, de forma crítica, mas também prospectiva e criativa (Balzan, 2001).

Hoje, a COOPERECICLAGEM – instalada em imóvel situado no bairro da Penha, cedido pelo poder público municipal, que inclui uma esteira e uma prensa, além de outros benefícios – coleta e prepara para reciclagem cerca de 135 toneladas de resíduos sólidos urbanos mensais; o produto de maior volume recolhido é o papel. Para realizar esta tarefa, a cooperativa emprega 56 pessoas, algumas das quais que iniciaram com a própria cooperativa; outras, que saíram, acabaram voltando à antiga tarefa de catadores nas ruas. A essa estrutura de pessoal é adicionada a de transporte: atualmente, a COOPERECICLAGEM dispõe de cinco caminhões, também custeados pela Prefeitura Municipal de Lages.

Durante as manhãs, são feitas reuniões regulares entre os cooperativados, que têm o intuito de motivá-los, demonstrar o caráter social e ambiental da atividade que desenvolvem e estabelecer metas. Um número ainda bastante reduzido de cooperativados busca aperfeiçoamento no ensino formal; no entanto, a prefeitura está buscando solucionar o problema da baixa escolaridade por meio de um programa especial, de acordo com a disponibilidade dos integrantes da cooperativa.

Cumprir lembrar que, além dos catadores da COOPERECICLAGEM, existem cerca de 103 carreteiros em Lages, que muitas vezes acabam desviando resíduos para atravessadores. O cooperativismo no setor tem sido construído gradativamente, mas ainda há bastante resistência; a expectativa é de que também os carreteiros venham a ser incorporados à cooperativa.

4.3 Cooperativismo e a problemática socioambiental no meio urbano

O sistema cooperativista se apresenta como alternativa ao sistema capitalista tradicional por ser concebido como forma de promover melhores condições de vida, não apenas para a população em geral, mas, sobretudo, para os setores marginalizados. Para tanto, o sistema cooperativista se inspira

nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados da produção social (Santos, 2000).

A cooperativa tem grande importância para as famílias dos cooperados. No entanto, devido ao desconhecimento da população quanto a sua relevância para a melhoria da qualidade de vida, assim como em face da ignorância quanto à forma mais adequada de separar o lixo a ser reciclado, o trabalho da COOPERECICLAGEM é dificultado e produz potencialmente poucos resultados (Silva, 2002).

Cabe lembrar que todos os dias são produzidos cerca de 4,2 mil toneladas de lixo doméstico em Santa Catarina, i.é. em torno de 800 gr de lixo/habitante. Como a cidade de Lages possui uma população de 157 mil habitantes, dos quais 92% moram na área urbana, a reciclagem assume um papel cada vez mais relevante do ponto de vista ambiental, devido ao fato de que o volume de lixo produzido pela comunidade urbana é consideravelmente mais alto. No caso em questão, são coletados 65 mil kg de lixo urbano/dia na cidade de Lages. Em entrevista junto à ENGEPPASA – empresa responsável pela coleta local de lixo – nas atuais condições de coleta, cerca de 35% do lixo consistem de lixo reciclável, o que equivale a cerca de 22 mil kg/dia de materiais potencialmente recicláveis (PROSUL, 2002).

O fato de serem misturados na fonte faz com que se gere uma quantidade grande de resíduos contaminados, caracterizados como refugos, que dificultam a possibilidade de reaproveitamento e encarecem os processos de reciclagem, tanto dos resíduos inorgânicos como dos orgânicos. Em resposta, apesar de esforços diversos, aparentemente a problemática dos resíduos sólidos não sensibilizou a população urbana, posto que a coleta seletiva atinge índices bastante baixos.

A despeito das composições e volumes serem diversos e específicos para cada lugar, a problemática que cerca a questão do lixo é mais ou menos semelhante para países centrais ou formações periféricas, e referem-se a aspectos comuns como: o nível de agressão ao meio ambiente (tanto da terra e

do subsolo como da atmosfera); os riscos de contaminação de doenças infectocontagiosas para os seres humanos; o caráter social do qual se reveste o problema da marginalização das comunidades que vivem e subsistem em torno dos grandes lixões; os inconvenientes econômicos que atingem as regiões circunvizinhas aos locais de depósito de lixo, por esta razão depreciados; e outros.

A reciclagem de resíduos sólidos urbanos recuperáveis ou reutilizáveis – como o papel, o cartão, o vidro, o plástico e o alumínio – é um passo crucial no ciclo produtivo de numerosas indústrias, em especial de ramos como o da produção de papel, embalagens e cartão. De fato, boa parte das matérias-primas utilizadas nessas indústrias vem da reciclagem. O uso de materiais reciclados na indústria tem efeitos econômicos e ambientais decisivos (Santos, 2000).

4.4 A importância da COOPERECICLAGEM e desafios futuros

Qual é a importância da COOPERECICLAGEM – Cooperativa de Materiais do Planalto Catarinense neste contexto? De acordo com Theis & Krueger (1997), as cooperativas são associações autônomas de seres humanos que incluem mulheres e homens de todas as raças, confissões religiosas e credos ideológicos, que se unem voluntariamente para promover o atendimento de suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns.

A consciência dos problemas causados pela diferença social, pelo consumo exacerbado e pelo descaso com o ser humano, enquanto ser social e cidadão, cada vez mais evidente, é um passo inicial no sentido da superação dos conflitos entre sociedade e meio ambiente. Cabe lembrar que as relações sociais envolvem não só interações entre grupos e/ou classes sociais, mas compreendem as relações desses com o meio natural. Logo, pensar a transformação da natureza implica refletir acerca da transformação do indivíduo e da sociedade que este integra (Loureiro, 2000).

É neste contexto que pode ser delineada a contribuição do cooperativismo, sobretudo na sua luta contra o atraso e a miséria, como vem ocorrendo na Ásia, África e nas Américas. Ele dá a essas questões uma nova dimensão, que compensa suas limitações nos países centrais, permitindo aos povos das formações periféricas a aspirar um papel relevante na sua redenção socioeconômica (Bulgarelli, 1988).

Para a COOPERICICLAGEM existem grandes desafios: tornar possível um incremento na quantidade de lixo reciclável recolhido e incluir socialmente pessoas que vivem no e do lixão, dando a elas a oportunidade de se tornarem cidadãos. A importância e a urgência de se resgatar pessoas desempregadas e/ou excluídas e buscar soluções aos problemas ambientais faz do tema *cooperativismo* objeto de renovada discussão e pesquisa de estudiosos de todas as áreas. Contudo, mais importante ainda é o próprio fato de que se multiplicam cooperativas de trabalho: populares, sociais, operárias, partidárias, sindicalistas...

O *boom* cooperativista dos últimos anos no Brasil pode ser visto como uma reação da própria sociedade, que deixa de contar com o Estado e procura caminhos alternativos para tirar segmentos sociais carentes do pauperismo, ajudando-os para reencontrar trabalho e viver com dignidade (Pinto, 2000).

Por falar em Estado: no fim das contas, a responsabilidade pela destinação dos resíduos sólidos urbanos é do *Estado local*, i.é. da administração municipal. No caso de Lages, a prefeitura tem desenvolvido programas de Educação Ambiental com o objetivo de conduzir a população urbana a contribuir ativamente para o processo de reciclagem de resíduos sólidos. Mas, sobretudo, o poder público municipal tem, em conformidade com o que prescreve o artigo 30º. da Constituição Brasileira de 1988, cuidado da organização e prestação dos serviços públicos de interesse local – como é o caso da limpeza pública, inclusive a destinação dos resíduos sólidos, obrigação de responsabilidade de cada municipalidade.

Se não houvesse a COOPERICICLAGEM, o município teria que se estruturar adequadamente para responder pela prestação desse serviço de

grande essencialidade; a esta, porém, teria que acrescentar ainda a preocupação de buscar soluções de baixo custo, sem prejudicar os requisitos mínimos da técnica e da salubridade exigidas.

5 Considerações finais

Com este trabalho tivemos a pretensão de contribuir para a aproximação das diversas perspectivas de análise que tratam da problemática ambiental no meio urbano ou, talvez, da questão urbana em face de suas implicações ambientais.

Este artigo é, na verdade, parte de um projeto que inclui, entre outros produtos, uma dissertação de mestrado, tendo surgido da necessidade de compreender os procedimentos relativos ao tratamento de resíduos sólidos em Lages, Santa Catarina, assim como a atuação da Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos – COOPERECICLAGEM nesse contexto.

Um dos propósitos do presente trabalho foi descrever o processo de implantação da cooperativa, perceber e entender as relações internas a ela – quem eram as pessoas que a integram, de onde vêm, como chegaram aonde estão, o que buscam para si – e entre ela e a sociedade local e o meio natural.

Outro propósito foi acompanhar, descrever e analisar criticamente o trabalho realizado pela COOPERECICLAGEM e por seus cooperados. Daí derivou o objetivo de examinar as relações entre a cooperativa e a população urbana de Lages no processo de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, visando à conservação do meio ambiente.

Mais concretamente, um importante propósito deste trabalho consistiu em discutir medidas que contribuam para (a) a melhoria da qualidade e a ampliação da quantidade de rejeitos sólidos urbanos que chega à COOPERECICLAGEM; (b) a diminuição da quantidade de rejeitos depositados no lixão; e (c) a promoção da conscientização da população quanto à problemática dos rejeitos urbanos produzidos no município.

Isto posto, cabem algumas considerações mais críticas a respeito do objeto em estudo. A primeira remete à consistência da análise do problema da destinação dos resíduos sólidos urbanos de Lages por intermédio da atuação da COOPERECICLAGEM a partir do referencial teórico-metodológico aqui proposto. Portanto, cabe a questão: a COOPERECICLAGEM contempla uma alternativa socioambientalmente mais sustentável? Lembremos que,

“em essência, desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1988, p. 49).

Resposta: a COOPERECICLAGEM parece ser a opção que, presentemente, se apresenta como a mais sustentável.

A segunda consideração crítica remete ao contexto urbano da problemática ambiental consubstanciada na destinação dos resíduos sólidos de Lages. Aqui, pois, cabe a questão: que impactos ambientais estão associados ao processo de urbanização de Lages? Neste caso, é preciso lembrar que a urbanização consiste num grave problema tanto nos países capitalistas centrais quanto nas formações periféricas: a ela estão relacionados o consumo exacerbado e a produção descontrolada de lixo, que provocam impactos ambientais crescentes (Henderson, 1998). Ou, como afirma a CMMAD (1988, p. 61),

“a própria urbanização é parte do processo de desenvolvimento. A questão é controlar o processo de modo a evitar uma séria deterioração da qualidade de vida”.

Resposta: os impactos ambientais associados ao processo de urbanização de Lages são, cada vez mais, os impactos provocados pelo processo de urbanização em geral, i. é. pelo consumo exacerbado e pela produção descontrolada de lixo.

A terceira consideração crítica remete à forma cooperativa de organização da reciclagem do lixo urbano de Lages. Aqui cabem as seguintes questões: primeiro, a COOPERECICLAGEM promove a propugnada inclusão social? segundo, a experiência da COOPERECICLAGEM é replicável?

Inicialmente, pode-se lembrar que, sempre que se referenciam questões ambientais, podem-se entender implicitamente relações sociais. Uma abordagem social dos problemas ambientais permite contemplar valores e representações do mundo que acabam por incluir/excluir pessoas. Por exemplo, os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente. Como no caso dos pobres de Lages, os excluídos são também excluídos nas suas relações com outros indivíduos e com o meio ambiente – o que, nesse caso, aponta para uma exclusão social (Barder, 1999).

Quanto à segunda questão, o problema de deficiência na reciclagem do lixo urbano de Lages e a tentativa de encaminhar soluções via a criação da COOPERECICLAGEM podem indicar modalidades criativas de resolver problemas socioambientais em situações semelhantes como, por exemplo, em cidades médias. Todavia, mais importante, acredita-se que seja possível instaurar novas mediações entre a população pobre e o meio ambiente urbano.

Finalmente, não é irrelevante recordar que se está na presença de um processo de globalização que acelera mudanças em muitas direções, inclusive na de uma mediação de novo tipo entre sociedade [urbana] e ambiente natural:

“A globalização engendra um processo de destruição de um velho local e de construção de um novo local, fruto de uma relação meio ambiente – meio urbano renovada e recriada” (Steinberger, 1996, p. 336).

Referências

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. FURB, 1998.

BALZAN, E. A. **Projeto de gerenciamento e de qualificação dos trabalhadores da Cooperativa de Reciclagem de Materiais do Planalto Catarinense da cidade de Lages** (mimeo.), 2001.

BARDER, S. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BLUMENSCHIN, M. & THEIS, I. M. Teoria da regulação e desenvolvimento sustentável: modelo de análise de constrangimentos sócio-ambientais de processos de desenvolvimento em formações periféricas. In: **Geosul**, N. 19/20, pp. 24-50, 1995.

BULGARELLI, W. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

CIDADE, L. C. F. A questão ambiental urbana: perspectivas de análise. In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR**, Brasília: ANPUR, pp. 290-301, 1996.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo, Ática, 1999.

COSTA, L. **O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

DRUMMOND, I. & MARSDEN, T. K. Regulating sustainable development. In: **Global Environmental Change**, 5 (1), 51-63, 1995.

EKINS, P. Making development sustainable. In: SACHS, W. (ed.) **Global ecology: a new arena of political conflict**. London & New Jersey: Zed Books, pp. 91-103, 1993.

HENDERSON, H. **Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da guerra da economia global**. Trad. N. R. Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1998.

LEÃO, F. C. & GONÇALVES, J. C. Análise da indústria moveleira de Lages à luz da experiência de *clusters* e distritos industriais. In: ROTTA, D. N. H. (org.) **Modelos de organização industrial: *clusters* e distritos industriais**. Lages: Ed. Uniplac, pp. 65- 101, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. et al. (org.) **Sociedade e meio ambiente em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCON, F. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, A. (org.) **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Ed. Unoesc, pp. 49-65, 2001.

MARX, K. & ENGELS, F. **Die deutsche Ideologie** (= MEW, Bd. 3). Berlin: Dietz Verlag, 1845/1846.

MERCHANT, C. **Radical ecology: the search for a livable world**. New York & London: Routledge, 1992.

NASCIMENTO, E. O. & SALEH, M. Cluster da madeira: alternativa de desenvolvimento para a região serrana de Santa Catarina. In: ROTTA, D. N. H. (org.) **Modelos de organização industrial: *clusters* e distritos industriais**. Lages: Ed. Uniplac, pp. 41-63, 2002.

PEET, R. & WATTS, M. (org.) **Liberation ecologies: environment, development, social movements**. London & New York: Routledge, 1996.

PINTO, D. B. **Universidade, gênero e cooperativas: OCB debatendo grandes temas do século XXI**. Brasília: SE SCOOP, 2000.

PROSUL – Projetos Supervisão Planejamento. **Estudos de alternativas locais para implantação do aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos no município de Lages** (mimeo.), 2002.

REDCLIFT, M. **Sustainable development: exploring the contradictions**. London & New York: Routledge, 1995.

REDCLIFT, M. & BENTON, T. (eds.) **Social theory and the global environment**. London & New York: Routledge, 1994.

SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, E. R. W. **Cooperativas como ferramenta para o desenvolvimento**: um estudo de caso da cooperativa de reciclagem de materiais do planalto Catarinense (= Monografia de Conclusão de Curso). Lages: Uniplac, 2002.

STEINBERGER, M. A relação meio ambiente – meio urbano: do global para o local. In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR**, Brasília: ANPUR, pp. 325-336, 1996.

THEIS, I. M. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano... afinal: qual desenvolvimento? In: **Alcance**, 5 (3), pp. 49-54, 1998.

THEIS, I. M. Ética e ecologia. In: **III Semana Acadêmica da Filosofia sobre Ética e Contemporaneidade**. Passo Fundo: UPF, 1999.

THEIS, I. M. & KRUEGER, T. R. M. O ressurgimento de cooperativas de trabalho: novos experimentos sociais no Brasil em tempos de globalização? **Revista de Negócios**, v. 2, n. 4, pp. 25-35, 1997.

TODARO, M. P. **Economic development**. 6 ed. London & New York: Longman, 1997.